

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (DCSA)
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ANACELI PAIVA LUZ DO ESPÍRITO SANTO

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA CONTROLADORIA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO ANO DE 2013**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2013

ANACELI PAIVA LUZ DO ESPÍRITO SANTO

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA CONTROLADORIA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO ANO DE 2013**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Orientador: Professor Me. Mário Augusto Carvalho Viana

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA,

2013

S229p Santo, Anaceli Paiva Luz do Espírito.

O perfil dos profissionais que atuam na controladoria da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no ano 2013 / Anaceli Paiva Luz do Espírito Santo, 2013.

52.: il.; Col.

Orientador (a): Mário Augusto Carvalho Viana.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) –
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da
Conquista, 2013.

1. Administração pública. 2. Controladoria. 3. Perfil
profissional – Controladoria - Prefeitura Municipal de Vitória da
Conquista – BA. I. Universidade Estadual do Sudoeste Bahia. II.
Viana, Mário Augusto Carvalho. III. T.

CDD: 350

ANACELI PAIVA LUZ DO ESPÍRITO SANTO

**O PERFIL DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA CONTROLADORIA DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA NO ANO DE 2013**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Vitória da Conquista, 08 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Mário Augusto Carvalho Viana
Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP
Professor da UESB
Orientador

Abmael da Cruz Farias
Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP
Professor da UESB

Prof. Paulo Fernando de Oliveira Pires
Mestre em Contabilidade pela FVC
Professor da UESB

Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus pais, que com grandes esforços me presentaram com a oportunidade de buscar um estudo com maior qualidade e distante de minha terra natal. Aos meus irmãos e meu namorado pelo apoio, paciência, compreensão e força, que me foi transmitido durante o período da graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas oportunidades que tive durante o decorrer do curso, aos professores dessa universidade que colaboraram transmitindo um pouco dos seus conhecimentos adquiridos em suas vidas profissionais e a todas as pessoas que direta ou indiretamente tornam possível a elaboração deste trabalho.

Nós geralmente descobrimos o que fazer percebendo aquilo que não devemos fazer.
E provavelmente aquele que nunca cometeu um erro nunca fez uma descoberta.
(SAMUEL SMILES)

RESUMO

A controladoria pública é uma unidade administrativa que atua auxiliando à administração pública no processo de tomada de decisões e pode garantir a eficiência na sua gestão. A pesquisa que foi realizada teve como finalidade analisar o perfil dos profissionais que atuam na controladoria da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) em 2013. Sendo importante porque o papel destes é conseguir um bom desempenho da administração e tendo em vista a transparência e informações a todos os cidadãos. Buscou-se responder quais as funções destes “*controllers*”, a base de treinamento oferecida ao setor, a maior necessidade de informação e as possíveis necessidades de mudanças encontradas por estes controladores na PMVC. Para responder a estas indagações foi feito um estudo de caso, com abordagem quantitativa. No tocante à coleta de dados junto aos profissionais da controladoria da PMVC foi utilizado um questionário do tipo misto, o qual foi analisado de forma descritiva, tendo como delimitação espacial a controladoria da PMVC e temporal o ano de 2013. Partiu-se da ideia de que 90% dos profissionais que atuam na controladoria da PMVC são estudantes ou graduandos nas áreas de ciências sociais aplicadas, como Ciências Contábeis, Administração e Economia.

Palavras-chave: Controladoria Pública. Administração pública. *Controllers*.

ABSTRACT

The controller is a public administrative unit that acts assisting the government in the process of decision-making and ensuring efficiency in its management. The survey that was conducted aimed to analyze the profile of professionals who work in controlling the Municipality of Vitória da Conquista (PMVC) in 2013. As important as their role is to get a good performance of the administration, with a view to transparency and information to all citizens. Attempted to answer what functions these "controllers", the basic training offered to the sector, the greatest need for information and the possible need for changes encountered by these drivers in PMVC. To answer these questions was done a case study with a quantitative approach. Regarding data collection with the professionals of the comptroller PMVC we used a mixed questionnaire, which was analyzed descriptively, with the spatial delimitation of the comptroller and temporal PMVC the year 2013. We started from the idea that 75% of professionals working in the comptroller PMVC are students or graduates in the areas of applied social sciences, such as Accounting, Business Administration and Economics.

Keywords: Comptroller Public. Public administration. Controllers.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	– Estado da Arte da temática em 2013.....	20-23
Quadro 2	– Gênero.....	37
Quadro 3	– Idade.....	37
Quadro 4	– Estado Civil.....	37
Quadro 5	– Cor.....	38
Quadro 6	– Grau de Escolaridade	38
Quadro 7	– Curso Superior.....	38
Quadro 8	– Tempo de Atuação na área pública.....	39
Quadro 9	– Função ou cargo atual.....	39
Quadro 10	– Atribuições.....	40
Quadro 11	– Treinamento.....	41
Quadro 12	– Necessidades de informação.....	41
Quadro 13	– Importância da Contabilidade.....	42
Quadro 14	– Dificuldades encontradas no setor.....	43
Quadro 15	– Conceito de Controladoria Pública.....	44
Quadro 16	– Resumo das evidências alcançadas na pesquisa.....	44-45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA	10
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.3 PROBLEMATIZAÇÃO	11
1.3.1 Questão - Problema	11
1.3.2 Questões secundárias	11
1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA	11
1.5 JUSTIFICATIVA	11
1.6 RESUMO METODOLÓGICO	13
1.7 VISÃO GERAL	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 MARCO CONCEITUAL	14
2.1.1 Administração Pública	14
2.1.2 Contabilidade Pública	15
2.1.3 Controladoria Pública	16
2.1.4 Controle Interno	17
2.2 ESTADO DA ARTE	18
2.3 MARCO TEÓRICO	23
2.3.1 Conceito de Controle Interno na Administração Pública Municipal	23
2.3.2 Funções do Controle Interno	24
2.3.3 Controle Administrativo	25
2.3.4 Objetivos do Controle Interno na Administração Pública	26
2.3.5 Princípios Básicos do Controle Interno	27
2.3.6 Legislação aplicada ao controle interno municipal	28
2.3.7 Origem da SMTTC	31
2.3.8 Estrutura da SMTTC	32
2.3.9 Lei Municipal nº 1623/2009	33
3 METODOLOGIA	35
4 ANÁLISE DE DADOS	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	50
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	50

1 INTRODUÇÃO

As administrações públicas municipais nos últimos anos vêm convivendo com inúmeras mudanças de ordem financeira, estrutural e comportamental. Seus gestores precisam da melhor forma possível, conciliar as alterações observadas no ambiente com o atendimento as necessidades da população por serviços públicos.

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de uma controladoria no setor governamental como unidade administrativa que atua auxiliando a administração pública e garantindo eficiência na sua gestão.

Desse modo, o papel dos profissionais que atuam na controladoria de uma prefeitura torna-se de fundamental importância tendo em vista que estes profissionais garantem informações adequadas no processo de tomada de decisões aos gestores públicos além de oferecer orientações apresentando os melhores caminhos a serem seguidos e ainda contribui para que os mesmos busquem cumprir os programas, as metas e as ações do governo.

Neste sentido, procurou-se desenvolver um trabalho de pesquisa na Controladoria da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, atual secretaria de transparência e controle, para analisar o perfil dos profissionais que nela atuam.

1.1 TEMA

Administração Pública Aplicada ao Setor Municipal, Contabilidade Pública, Controladoria Pública e Controle Interno Municipal.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o perfil educacional dos profissionais que atuam na Controladoria de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em 2013.

1.2.2 Objetivos específicos

Descrever as funções dos controladores da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista; identificar a base de treinamento que a prefeitura oferece a estes profissionais;

conhecer a maior necessidade de informação que o setor possui; e analisar as possíveis necessidades de mudança encontradas por estes controladores.

1.3 PROBLEMATIZAÇÃO

1.3.1 Questão - Problema

Qual o perfil dos profissionais que atuam na controladoria da prefeitura municipal de Vitória da Conquista em 2013, quanto às funções, treinamento, necessidade de informação e sugestão de mudanças?

1.3.2 Questões secundárias

Quais as funções dos controladores da prefeitura municipal de Vitória da Conquista?

Qual a base de treinamento que a prefeitura oferece a estes profissionais?

Qual é a maior necessidade de informação que o setor possui?

Quais as possíveis necessidades de mudanças encontradas por estes controladores?

1.4 HIPÓTESE DE PESQUISA

Partiu-se da ideia de que 75% dos profissionais atuantes na área de controladoria da prefeitura de Vitória da Conquista são estudantes ou graduados nas áreas de ciências sociais e aplicadas, como Ciências Contábeis, Administração e Economia.

1.5 JUSTIFICATIVA

Procurou-se analisar o perfil dos profissionais que atuam na controladoria da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em 2013 através da base de treinamento que a mesma oferece a estes profissionais, do conhecimento da maior necessidade de informação que o setor possui, da análise das possíveis necessidades de mudanças encontradas por estes controladores e a descrição de suas funções, pois estes são responsáveis pelo acompanhamento e colaboração na coordenação de ações com enfoque gerencial, para que os objetivos traçados sejam atingidos, bem como haja disponibilização de informações de forma clara e objetiva que contribua para a gestão das atividades municipais.

O tema abordado contribui para que os graduandos e graduados em Ciências Contábeis conheçam um pouco além do que é visto na academia sobre Contabilidade Pública e Controladoria Pública, pois está analisando o perfil do “*controller*”, que é o responsável pela transparência e controle das informações e dos gastos públicos, por exemplo.

Atualmente, a Controladoria Pública vem se tornando um processo contínuo da regulamentação dos atos da gestão pública, exigindo medidas corretivas no cumprimento da legislação aplicada ao setor público, antecipando-se à ocorrência das ações em andamento, permeando-as de ética e legalidade dos administradores envolvidos e ainda com os objetivos dessas ações no contexto que envolve a necessidade da prestação de contas à sociedade. Diante do exposto, resta então que exista um profissional bem preparado teórica e praticamente para atuar como “*controller*” à serviço da entidade pública no tocante a regulamentação de operações de natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, verificação da exatidão e fidedignidade das contas, procurando sanar falhas, com o intuito de que os processos alcancem a fase de pagamento em estado de regularidade.

A pesquisadora se interessou por esta temática por se tratar também de uma profissão almejada por ela, e por querer ter conhecimento sobre suas funções, obrigações, objetivos, dificuldades, vantagens e a partir daí saber dar a importância a este ramo da Ciência Contábil que está apoiada em informações contábeis e numa visão multidisciplinar.

O presente estudo buscou evidenciar a importância de analisar o perfil dos profissionais que atuam na Controladoria da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, pois o papel destes é conseguir um bom desempenho da administração no sentido de auxiliá-la no processo de tomada de decisão, pautada na transparência, a redução de gastos públicos e a promoção da eficiência e eficácia das atividades da prefeitura.

1.6 RESUMO METODOLÓGICO

O caminho encontrado para a resolução das questões foi com base na abordagem quantitativa, apoiado em um estudo de caso, bem como foi realizada também uma pesquisa bibliográfica. Como instrumento de coleta de dados se utilizou um questionário misto. A pesquisa trabalhou com o universo composto pelos funcionários da controladoria da PMVC no ano de 2013.

1.7 VISÃO GERAL

O primeiro capítulo contém a introdução ao tema, ou seja, informações básicas da pesquisa, no segundo capítulo está o referencial teórico, no qual a pesquisadora mostra seu conhecimento e posição a respeito do tema com o auxílio de outros pesquisadores que já escreveram sobre o assunto da pesquisa, no terceiro capítulo se encontra a metodologia aplicada a pesquisa, no quarto capítulo foi feita a análise dos dados, ou seja, interpretação dos resultados, confirmação da hipótese e no quinto e último capítulo contém a conclusão, verificação do atendimento aos objetivos, respostas às questões, análise da hipótese, opinião do pesquisador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MARCO CONCEITUAL

2.1.1 Administração Pública

A Administração Pública é em sentido amplo o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado, bem como das demais pessoas coletivas públicas que asseguram a satisfação das necessidades coletivas variadas. Em resumo, podemos definir a Administração Pública como toda atividade do Estado. Logo podemos formular conceito próprio partindo da visão de Meirelles (1995, p.60):

A administração pública, em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo, em sentido material é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade.

Partindo da ideia do autor acima citado fica entendido que a Administração Pública é dividida em dois sentidos, que é o sentido subjetivo e o sentido objetivo, o primeiro diz respeito aos órgãos públicos formados para o atingimento dos objetivos do governo e o segundo diz respeito às funções desses órgãos necessárias às atividades públicas.

Diante disso Kohama (2006, p. 13) afirma que:

A administração pública, como todas as organizações administrativas, é baseada numa estrutura hierarquizada com graduação de autoridade, correspondente às diversas categorias funcionais, ordenadas pelo Poder Executivo de forma que distribua e escalone as funções de seus órgãos e agentes, estabelecendo a relação de subordinação.

Ou seja, a organização administrativa é baseada em dois pressupostos fundamentais: a distribuição de competências e a hierarquia. E para que haja harmonia e unidade de direção o direito positivo estabelece uma relação de coordenação e subordinação entre os vários órgãos que integram a Administração Pública, ou seja, estabelece a hierarquia.

Há de se observar que a relação hierárquica é acessória da organização administrativa. Pode haver distribuição de competências dentro da organização administrativa, excluindo-se a relação hierárquica com relação a determinadas atividades.

E para que a Administração Pública seja eficiente e eficaz, Flores afirma que “é preciso enfrentar o desafio de gerir o seu sistema de controle. É necessário que os gestores públicos comparem seus resultados através de mecanismos gerenciais, afim de que possam ser melhorados.” (FLORES, 2006, p.19).

Nesse contexto, cabe lembrar que eficiência é um dos princípios constitucionais da Administração Pública que apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

2.1.2 Contabilidade Pública

A Contabilidade Pública é o ramo da contabilidade que dedica ao estudo do patrimônio e dos entes públicos, entendidos como aqueles que são regidos pelo direito público interno.

Segundo Kohama (2003, p. 46) Contabilidade Pública é “o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da fazenda pública; o patrimônio público e suas variações.”

A Contabilidade Pública, também é chamada de Contabilidade Governamental. No Brasil, a Contabilidade Pública advém diretamente da legislação. O principal dispositivo legal é a Lei 4320/64, embora na sua maior parte ela traga regulamentação orçamentária e financeira – e não patrimonial e ou contábil.

Andrade (2006, p. 29) define a Contabilidade Pública como sendo:

Uma especialização da ciência contábil que registra, controla e estuda os atos e fatos administrativos e econômicos operados no patrimônio de uma entidade pública, possibilitando a geração de informações, variações e resultados sobre a composição deste, auferidos por sua administração e pelos usuários.

Ou seja, seu objetivo não é proporcionar somente o registro e o acompanhamento permanente da situação da entidade em questão, mas fornecer uma ferramenta para a tomada de decisão com relação ao patrimônio da entidade, suas atividades envolvendo o início, o meio e o fim.

A resolução 1128/2008 que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) – T 16.1 – conceituação, objeto e campo de atuação, emanada do Conselho Federal de

Contabilidade traz ainda, a visão clara de qual é a função social da contabilidade aplicada ao setor público:

A função social da contabilidade aplicada ao setor público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e a instrumentalização do controle social (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2008).

A Contabilidade Pública tem a função de contribuir sobremaneira para a transparência da gestão pública e para o controle social, fornecendo informações que permitem melhor controle do gasto do dinheiro que pertence em última instância, a todos os cidadãos.

2.1.3 Controladoria Pública

A Controladoria é uma atividade e um campo do conhecimento híbrido, que recebe contribuições da Contabilidade e da Administração. Ela utiliza primordialmente o controle e o processo de planejamento e orçamento como metodologias no desempenho de suas funções

Sobre o conceito de Controladoria, Almeida, Parise e Pereira afirmam que “como unidade administrativa, a controladoria é responsável por coordenar os esforços dos demais gestores, em direção à otimizar o resultado organizacional, através de tecnologias de gestão.” (ALMEIDA; PARISE; PEREIRA, 1999, p. 371).

Isso quer dizer que as funções da Controladoria objetivam viabilizar o processo de gestão. Ou seja, estruturação das fases do processo de gestão, através do uso de sistema de informações que auxiliem à tomada de decisões.

Já a Controladoria Pública está direcionada principalmente, ao acompanhamento da execução orçamentária.

Quer seja assumindo a forma de um órgão específico de um ente estatal, quer seja através do desempenho de atividades pelos diversos setores e/ ou servidores, a Controladoria se materializa no setor governamental auxiliando à gestão dos recursos públicos.

Neste contexto, Solle (2003, p. 2) diz que “a controladoria, do ponto de vista operacional, constitui um auxílio à gestão das entidades públicas.”

A Controladoria Pública é o órgão administrativo responsável pela gestão de todo o sistema de informações, visando subsidiar os gestores na correta mensuração dos resultados.

A Controladoria Pública presume a existência de um planejamento participativo, contínuo e integrado. Sendo assim, o papel da Controladoria Pública é avaliar o modo como foram atingidos os resultados do processo de gestão.

Para Mosimann e Fisch (1999, p. 90) a missão da Controladoria é “otimizar os resultados econômicos da organização, para garantir sua continuidade, por meio da integração dos esforços das diversas áreas.”

Desta forma, a Controladoria é responsável pela busca de estratégias que atendam as necessidades informacionais das entidades públicas através de um sistema de informações, com a finalidade de auxiliar os gestores, contribuindo então para melhorias e continuidade do órgão público.

Corroborando com este pensamento Figueiredo e Caggiano (2006, p. 26) afirmam que “a missão da controladoria é zelar pela continuidade da empresa assegurando a otimização do resultado global.”

Assim, entende-se que na esfera pública, a Controladoria tem como missão reportar dados essenciais para a tomada de decisão, em tempo hábil, visando auxiliar a administração pública e alcançar os objetivos traçados por ela.

2.1.4 Controle Interno

O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa, seja ela pública ou privada.

Sobre o conceito de controle interno, Machado e Reis (1997, p. 165) definem como “uma ferramenta de grande valiosidade na detecção de falhas operacionais dos procedimentos adotados e na manutenção da integridade da entidade.”

Diante deste conceito é importante ressaltar que o controle interno não é necessariamente um complexo sistema de rotinas e procedimentos burocráticos que necessite ser implementado exatamente como indicado nos livros e normas, para que funcione de modo satisfatório. A filosofia do administrador irá determinar a capacidade de implantar sistemas de controle que apresentem condições favoráveis para a empresa, atendendo suas particularidades.

O controle interno tem como objetivos proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Crepaldi (2006, p. 77) diz que os objetivos do controle interno “compreendem o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados na empresa para proteger os ativos contra roubos, perdas e uso indiscriminado; garantir a fidedignidade das informações e avaliar a eficiência operacional.”

E baseado na citação do autor, podemos dizer que na área pública o objetivo do controle interno é funcionar, simultaneamente, como mecanismo de auxílio para os administradores públicos e instrumento de proteção do cidadão. O controle interno contribui para que os objetivos da organização pública sejam alcançados e que as ações sejam conduzidas de forma econômica, eficiente e eficaz. O resultado disto é uma verdadeira salvaguarda dos recursos públicos contra o desperdício, o abuso, os erros, as fraudes e as irregularidades.

Neste contexto os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; (BRASIL, 1988, Art. 74).

A fiscalização contábil diz respeito aos procedimentos necessários para a avaliação e certificação de que a contabilidade do órgão/entidade registra adequada e fidedignamente os atos e fatos que envolvem os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, assim como a validação das transações registradas, os registros completos, autorizados por quem de direito e os valores exatos. Sendo a contabilidade a espinha dorsal do sistema de informações econômico - financeiras, constitui instrumento indispensável em todos os enfoques do controle.

2.2 ESTADO DA ARTE

O quadro 1 ilustra alguns trabalhos publicados, retirados de fonte eletrônica, que possuem ligações com o tema tratado nessa monografia. Trata-se de artigos, monografias, dissertações e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), nos quais abordam os conceitos de

administração pública, contabilidade pública, controladoria pública, controle interno, o controle interno na gestão pública municipal, a controladoria na administração pública, o perfil do profissional de controladoria, entre outros assuntos relacionados à controladoria pública e controle interno municipal.

(continua)

DATA DE ACESSO	LINK/LUGAR	IDEIA PRINCIPAL
10 jan. 2013	http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca_virtual/files/o_controle_interno_na_gestao_publica_municipal_estudo_de_caso_na_prefeitura_de_itaporanga_a_pb_1343917431.pdf	Este trabalho tem como tema central o controle interno em instituição municipal, tendo como objetivo geral verificar como são os mecanismos adotados em uma instituição municipal, observando sua importância e limitações no processo de gestão. Tomou-se como estudo de caso a Prefeitura Municipal de Itaporanga. E através da entrevista, foi possível verificar os procedimentos adotados pela prefeitura, observar sua importância no cotidiano dos gestores, bem como as limitações existentes para um melhor desempenho do controle interno.
15 jan. 2013	http://www.congressocfe.org.br/website/trabalhos_1/136.pdf	O artigo mostra o desenvolvimento de uma proposta de implantação de uma Unidade de Controladoria na Prefeitura Municipal de Nova Santa Rita/RS, demonstrando a realidade de aplicação da Controladoria em municípios brasileiros, discorre-se sobre modelos utilizados pelas prefeituras do Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e Caxias do Sul/RS.
INSTITUIÇÃO	Universidade Federal da Paraíba (UFPPB)	Centro Universitário La Salle (UNILASALLE-RS)
NÍVEL	Especialização	—
ANO	2011	2007
AUTOR(ES)	SOUZA, Cristiane de Oliveira e; DAMASCENA, Luzivalda Guedes.	REBIÉN, Aitron Roberto e; AMORIM, Adriana Viegas de.
TÍTULO	O CONTROLE INTERNO NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: Estudo de caso na Prefeitura de Itaporanga – PB	Controladoria na Administração Pública Municipal: Estudo de Modelo para Prefeitura de Nova Santa Rita/RS
TIPO	TCC	Artigo

Quadro 1 – Estado da Arte da temática em 2013

(continuação)

DATA DE ACESSO	25 mar. 2013	05 fev. 2013
LINK/LUGAR	http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3706/1/20351804.pdf	http://www.ppgcont.ufba.br/CO NTROLE%20INTERNO%20NA%20GEST%C3%83O%20M UNICIPAL.pdf
IDEIA PRINCIPAL	Esta monografia descreve questões relativas à implantação de um sistema de controle interno no serviço público, sua evolução e os avanços que este processo traz para o âmbito dos municípios. Bem como trata das maneiras como o Sistema de Controle Interno pode atuar como auxiliar dos gestores públicos municipais.	Este trabalho tem o objetivo de explorar os aspetos e as atribuições do Sistema de Controle Interno e reafirmar a necessidade e a importância da implantação do Sistema de Controle Interno e demonstrar que a sua implantação é uma importante ferramenta de gestão. Duas partes são consideradas importantes para o trabalho : a primeira, explícita a fundamentação teórica e legal; a segunda, de caráter prático, visa oferecer um modelo para estruturação e implantação de uma Unidade Controle Interno.
INSTITUIÇÃO	Centro Universitário de Brasília (UNICEUB)	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
NÍVEL	Graduação	Pós-Graduação
ANO	2007	2009
AUTOR(ES)	FILHO, José Ribamar Pereira.	SILVA, Pedro Gomes da.
TÍTULO	O sistema de controle interno como instrumento auxiliar da gestão municipal	Controle Interno na Gestão Pública Municipal: Modelo de um sistema de Controle Interno para municípios de pequeno porte do estado da Bahia
TIPO	Monografia	Dissertação

(conclusão)

TIPO	TÍTULO	AUTOR(ES)	ANO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL	LINK/LUGAR	DATA DE ACESSO
Artigo	O perfil do profissional de controladoria sob a ótica do mercado de trabalho brasileiro	ORO, Ieda Margarete; CARPES, Antonio Maria da Silva; DITTADI, Jadir Roberto e; BENOITI, Alessandro Dias.	2007	—	Universidade de São Paulo (USP)- FIECAFI	Este trabalho tem como objetivo a investigação do perfil de competências requerido pelo mercado nacional, para o profissional de controladoria nos níveis operacional, gerencial e estratégico, segundo a ótica dos sites especializados de seleção e recrutamento.	http://www.congressosp.fiecafi.org/artigos/72007/320.pdf	22 nov. 2012

Fonte: Compilação da internet (2013) – organização própria.

2.3 MARCO TEÓRICO

2.3.1 Conceito de Controle Interno na Administração Pública Municipal

A palavra *controle* tem sua origem no francês, pois o *contre-rôle* era um registro efetuado em confronto com o documento original, com a finalidade da verificação da fidedignidade dos dados.

Na interpretação de Hely Lopes Meirelles (1995, p. 665), a palavra controle significa: “em tema de administração pública, é a faculdade de vigilância, orientação e correção que um poder, órgão ou autoridade exerce sobre a conduta funcional de outro”.

Rocha conceitua Controle interno ou controle administrativo direto, como:

Todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração. Assim, qualquer controle efetuado pelo Executivo sobre seus serviços ou agentes é considerado interno, como interno será também o controle do Legislativo ou Judiciário, por seus órgãos de administração, sobre o seu pessoal e os atos administrativos que praticarem. (ROCHA, 2001, p. 125.36).

Esses mecanismos de controle objetivam uma correta, eficaz e eficiente aplicação dos recursos públicos.

O Controle Interno faz parte do plano de organização da Administração e tem os mesmos objetivos. Ocupa-se essencialmente com o processamento de informações que retroalimentem a função de comando, para a correta tomada de decisões; coexistindo com as demais funções da Administração.

Embora, não haja unanimidade na identificação de suas macrofunções, aqui consideradas na sua generalidade, as mais frequentemente mencionadas são:

- ORGANIZAÇÃO (administrativa, jurídica e técnica);
- PROCEDIMENTOS E MÉTODOS;
- INFORMAÇÕES (planejamento, orçamentárias, contabilidade, estatística, informatização, auditorias e relatórios);
- RECURSOS HUMANOS;
- AUTO-AVALIAÇÃO.

O Sistema de Controle Interno se constitui na alma do plano de organização de qualquer entidade, fundamentalmente comprometido com a realização dos objetivos da própria Administração, os quais constituem a razão de sua existência.

Controle Interno, segundo Meirelles (1995, p. 638):

É todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração. Assim, qualquer controle efetivado pelo Executivo sobre seus serviços ou agentes é considerado interno, como interno será também o controle do Legislativo ou do Judiciário, por seus órgãos de administração, sobre seu pessoal e os atos administrativos que pratique.

O Controle Interno desenvolve-se ininterruptamente, principalmente na “esfera do Poder Executivo onde se situa parcela considerável das atividades administrativas básicas”, e envolve a atividade-meio (organização e expedientes administrativos) e a atividade-fim (serviços públicos, poder de polícia, fomento). Reúne, também, as atividades administrativas que servem de suporte aos Poderes Legislativo e Judiciário, bem assim, as atividades de outras instituições dotadas de autonomia, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Abrange, ainda, o exercício das atividades delegadas pelo poder público aos particulares, como no caso das concessões e permissões de serviços públicos, porquanto se tratam de atividades que a Constituição e as leis defiram a titularidade à Administração Pública, organizadas consoante lei específica.

2.3.2 Funções do Controle Interno

Dentre as funções do Controle Interno, como já referimos, está a avaliação de sua própria atividade.

Sabendo-se que suas funções convivem na Administração com todas as demais funções, resulta que se encontra presente em cada desdobramento da organização: na atividade de triagem de ingresso e saída de pessoas, veículos, bens e mercadorias; no acompanhamento das condições de qualidade dos serviços e dos produtos; na feitura de estatísticas e na contabilização física e financeira; nos registros do pessoal, de seus dados cadastrais, situação funcional e remuneração, entre inúmeras outras situações.

Importa afirmar, por isso, a necessidade da auto avaliação do Controle Interno a fim de preservar seu funcionamento com eficiência.

As outras funções do Controle Interno estão basicamente voltadas aos seus objetivos.

O tamanho e a complexidade das organizações modernas, porém, têm dificultado e, por vezes, impossibilitado a supervisão direta de todas as operações por parte dos dirigentes superiores, obrigando-os a delegar parte dessas funções a outros profissionais. Estes, com a

devida independência, coletam dados estratégicos, analisam-nos e colocam à disposição da direção as informações finais sobre o comportamento operacional da entidade.

São funções básicas do Controle Interno:

- prestar informações permanentes à Administração Superior sobre todas as áreas relacionadas com o controle, seja contábil, administrativo, operacional ou jurídico;
- preservar os interesses da organização contra ilegalidades, erros ou outras irregularidades;
- velar para a realização das metas pretendidas;
- recomendar os ajustes necessários com vistas à eficiência operacional.

2.3.3 Controle Administrativo

O controle interno também é conhecido pelos doutrinadores como Controle Administrativo, o que verifica o cumprimento das próprias atividades exercidas pelos seus órgãos, objetivando mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas e econômicas de sua realização, pelo que é um controle de legalidade e de mérito.

Sob ambos os aspectos, pode-se e deve-se operar o controle administrativo para que a atividade pública em geral se realize com legitimidade e eficiência, atingindo a sua finalidade plena que é a satisfação das necessidades coletivas e atendimento dos direitos individuais dos administrados.

Mediante o controle administrativo, a Administração pode anular, revogar ou alterar os seus próprios atos, e punir os seus agentes com as penalidades estatutárias. A Administração só anula o ato ilegal e revoga ou altera o ato legal, mas ineficiente, inoportuno ou inconveniente, se ainda passível de supressão ou modificação.

Segundo Di Pietro (2007, p. 19) Controle Administrativo:

É o poder de fiscalização e controle que a administração pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação. Na esfera federal, esse controle é denominado de supervisão ministerial pelo Decreto-Lei 200 de 25.02.1967.

No Controle Administrativo, podem-se incluir:

- Análise estatística;
- Estudo de tempos e movimentos;

- Preparação de relatórios;
- Programa de treinamento de pessoal;
- Controle de qualidade total e
- Controle de qualidade total e
- Análise do custo/benefício.

Ensina Meirelles (1995, p. 63) que:

Controle Administrativo é todo aquele que o Executivo e os órgãos de administração dos demais Poderes exercem sobre suas próprias atividades, visa mantê-las dentro da lei, segundo as necessidades do serviço e as exigências técnicas de sua realização, pelo que é um controle de legalidade, de conveniência e de eficiência.

Controle Administrativo objetiva acompanhar as operações, intervindo na sua realização com a finalidade de assegurar a continuidade dos programas de trabalho do governo, mormente no que se refere à conveniência e oportunidade de sua efetivação.

2.3.4 Objetivos do Controle Interno na Administração Pública

No setor público, a preocupação com o fortalecimento de mecanismo de controle interno vem se constituindo em permanente interesse das autoridades governamentais, tendo como principais objetivos:

a) Obtenção de informações precisas e adequadas para a formulação de diretrizes de ação administrativa. Os princípios básicos de controle interno para alcançar esse objetivo são: documentação hábil e fidedigna; elaboração de conciliações e análises; manutenção de um plano descritivo contendo a função e o funcionamento das contas e utilização de equipamentos de processamentos eletrônicos de dados.

b) Comprovação da veracidade dos informes e relatórios contábeis, financeiros e operacionais. Os princípios básicos de controle interno para alcançar esse objetivo são: clareza na execução dos relatórios e excelente estado de conservação dos documentos comprobatórios dos dados epigrafados nos documentos.

c) Proteção de ativos. Segundo esse objetivo, os ativos devem ser protegidos contra quaisquer situações de riscos, fraudes, desperdícios e contra erros decorrentes de cálculos incorretos, de contabilizações inadequadas, da realização de procedimentos não autorizados ou de omissão, bem como contra erros intencionais ou manipulações.

2.3.5 Princípios Básicos do Controle Interno

Os princípios básicos de controle interno para alcançar os objetivos descritos anteriormente, entre outros, são:

Segundo Peter (2003) os princípios de controles internos, como um conjunto de regras, diretrizes e sistemas, visam objetivos específicos como meios para atingir o controle, tais como:

- a) Relação custo x benefício;
- b) Qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários;
- c) Delegação de poderes e determinação de responsabilidades;
- d) Segregação de funções;
- e) Instruções devidamente formalizadas;
- f) Existência de controle sobre as transações relevantes;
- g) Aderência a diretrizes e normas legais.

a) Princípio da Relação Custo/benefício: no que tange a uma abordagem restrita à atividade de controle, deve o administrador sempre ter em mente a relação entre o custo da restrição/correção da atividade de controle e o benefício que ela trará;

b) Princípio da Qualificação Adequada, Treinamento e Rodízio de Funcionários: a atividade de controle, quando relacionada à Administração Pública, compreende desde a compra de insumos para a merenda escolar até o controle das consultas médicas e medicamentos entregues aos munícipes, passando pelas obras municipais e pela regular execução dos serviços contínuos. Para tanto, os órgãos de controle devem estar preparados com equipe técnica multidisciplinar para a realização de uma fiscalização efetiva, e não uma fiscalização distante dos objetivos precípuos da Instituição. A eficiência de um órgão de controle depende da qualidade dos seus recursos humanos. Se na outras áreas esse fator é importante, no controle é fundamental, porque precisa, sobretudo, da dedicação e motivação de seus agentes;

c) Delegação de Poderes e Determinação de Responsabilidades: numa estrutura de controles internos, deve haver clara delimitação de responsabilidades, para evitar o comprometimento de sua eficiência;

d) Princípio da Segregação de Funções: o princípio da segregação das funções aparece no bojo da atividade de controle como a orientação de que as funções administrativas sejam segregadas entre vários agentes, órgãos ou entes. A segregação das funções cria um ciclo em que cada dos executores poderá conferir a tarefa feita alhures e dar o devido prosseguimento ao processo de execução;

e) Princípio de Instruções Devidamente Formalizadas: as tarefas devem estar previstas em manuais operacionais: as instruções inerentes ao desempenho funcional da estrutura devem ser escritas em manual de organização, a fim de evitarem a ocorrência de erros e aumentar a eficiência operacional;

f) Princípio da Existência de Controle sobre as Transações Relevantes: além da cobertura do controle sobre as atividades normais da entidade, deverá ser dada ênfase sobre as transações relevantes devido à magnitude de desperdícios ou fraudes que elas podem ensejar;

g) Princípio da Aderência a Diretrizes e Normas Legais: Por esse princípio, entende-se que os atos da Administração Pública jamais podem desvincular-se das normas, sob pena de nulidade do negócio jurídico que vier a ser celebrado sem essas observâncias. Além das normas codificadas, deverão ainda ser observadas normas esparsas e os estatutos de cada pessoa jurídica de direito público.

2.3.6 Legislação aplicada ao controle interno municipal

A Constituição de 1988 trouxe novas exigências à Administração Pública, inclusive no que se refere ao controle, haja vista estas disposições:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (BRASIL, 1988, Art.31, Art.70)

Do texto constitucional podemos inferir que o artigo 31 se aplica somente aos Municípios; o artigo 70 se aplica a todas as esferas de Governo, especialmente a União, os Estados e o Distrito Federal.

O artigo 74 da Constituição Federal de 1988 estabelece a obrigatoriedade de os Poderes manterem sistema de Controle Interno.

Além dos artigos já citados da CF/88, são abordadas a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), procurando estabelecer parâmetros que o controle interno deve seguir em uma organização. Cavalheiro e Flores (2007), descreve bem a correlação da legislação citada e o controle interno, conforme os tópicos a seguir.

2.3.6.1 Lei Federal nº 4.320 de 1964

O controle interno também encontra respaldo nas leis orgânicas municipais e na Lei nº 4.320/64. É a lei federal que estabelece os critérios de: arrecadação e despesas, direitos e obrigações, cumprimento de programas de trabalho, legalidade dos atos, competências e atribuições, e outros. Essa lei institui as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços das esferas do governo, bipartindo o controle na administração pública em controle interno e externo. Pela data da referida lei, mostra-se que o controle é um assunto muito antigo.

Quanto ao controle na administração pública, existem dois momentos marcantes: o 1º com a regulamentação da contabilidade pública de 1922; o 2º na edição da Lei Federal nº 4.320/64, que determina em seu artigo 75 que o controle da execução orçamentária compreenderá: a legalidade dos atos, a fidelidade funcional, o cumprimento do programa de governo em termos monetários e físicos. Portanto, essa legislação determinou que o controle deve ocorrer em termos físicos e financeiros, inclusive com o suporte orçamentário.

Embora o controle como princípio constitucional reporte-se a 1988, com a exigência da institucionalização de sistemas de controle interno no âmbito de cada Poder, foi a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que a presença de controle interno nos municípios tornou-se essencial e inadiável.

2.3.6.2 Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

A Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, instituída em quatro de maio de 2000, veio como uma exigência de modernização da administração pública e estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Impôs um controle rigoroso em termos de resultados, atingimento de metas, avaliação e controle de custos.

A LRF representa uma nova postura, que governos têm como compromisso combater a corrupção e os desvios dos bens públicos. Essa lei impôs a ação do controle interno de forma mais enfática, dinâmica e organizada, a administração pública eficiente e transparente em relação à origem, e aplicação dos recursos orçamentários. Também impôs uma série de limites e condições para aplicação dos recursos públicos que devem ser observados, sob pena de punição do gestor público. A LRF obriga a participação do responsável pelo controle

interno nos relatórios de gestão fiscal (controles de limites de despesas, empenhos e dívidas - art. 54, parágrafo único).

O artigo 59 da LRF determinou que a fiscalização da Gestão Fiscal será realizada pelo Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, com ênfase no que se refere a:

- I – atingir metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO;
- II – limites e as condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;
- III – medidas adotadas para o retorno das despesas de pessoal ao respectivo limite, no termos dos arts. 22 e 23;
- IV – providências tomadas, pelo ente, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V – destinação recursos decorrentes de alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta lei complementar;
- VI – cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver. (BRASIL, 2000, Art.59).

Algumas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal demandam a atuação de Controle Interno eficiente e eficaz:

- ✓ Acompanhamento do fluxo financeiro de Caixa;
- ✓ Apropriação dos custos dos serviços públicos;
- ✓ Elaboração de demonstrações contábeis consolidadas;
- ✓ Planejamento e avaliação de resultados;
- ✓ Transparência da gestão (publicação periódica de relatórios);
- ✓ Elaboração de cálculo atuarial.

Imperiosa, mediante os mandamentos supra a criação de controles internos nos municípios, com uma estrutura básica para funcionamento, compreendendo:

- ✓ Instrumento legal aprovado;
- ✓ Que os gestores públicos acreditem que o controle é importante;
- ✓ Que a prefeitura esteja organizada e estruturada formalmente de modo a permitir uma adequada delegação de autoridade e responsabilidade;
- ✓ Adoção de metodologia de desenvolvimento e aquisição dos sistemas operacionais ou de informações;
- ✓ Pessoal adequado, capacitado;
- ✓ Revisão e avaliação permanente (auditoria interna).

Surge na sociedade à adaptação das administrações públicas aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

2.3.7 Origem da SMTC

Vitória da Conquista é o primeiro município baiano a possuir uma Secretaria Municipal da Transparência e do Controle. A secretaria foi criada para substituir a antiga Controladoria Geral do Município, trazendo para Vitória da Conquista uma concepção mais moderna de transparência administrativa.

Além de ser a primeira cidade da Bahia a implantar uma secretaria desse gênero, Conquista também é a primeira do Brasil a firmar um termo de cooperação técnica com o Ministério da Transparência e do Controle, a fim de incrementar as ações de controle social do Governo Municipal. O projeto foi conhecido, em primeira mão, pelo ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage Sobrinho.

Para Nadjara Régis, ex-secretária da Transparência da PMVC e atual procuradora da PMVC na capital baiana “o resultado dessa cooperação é que a nossa proposta ficou ainda mais avançada do que o previsto inicialmente, com inovações importantes na área de controladoria” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2011).

O órgão será responsável pela elaboração e pelo acompanhamento da execução dos projetos, além de manter uma interlocução mais próxima com conselhos, Poder Legislativo, movimentos sociais e sociedade civil.

A Secretaria da Transparência também está encarregada de prestar contas das ações da Prefeitura Municipal de forma permanente.

Segundo a ex-secretária “a Secretaria está implementando a gestão dos resultados sociais dos projetos para que qualquer pessoa que esteja sendo beneficiada com ações realizadas com recursos públicos possa acompanhar a atuação do Governo Municipal em qualquer área” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2011).

A reforma administrativa que transformou a Controladoria em Secretaria da Transparência - montada com uma estrutura enxuta - foi realizada sem qualquer custo para a Prefeitura. A maior parte das pessoas do quadro da nova Secretaria é formada por servidores concursados; outra parte foi remanejada da Secretaria Municipal de Governo e algumas funções já existem na estrutura administrativa desde 2004.

A junção de funções de elaboração e monitoramento da execução de programas e projetos vai permitir mais eficiência no controle das ações e, conseqüentemente, mais economia de tempo e recursos.

Nadjara ainda ressaltou que “a novidade dessa Secretaria, pensada pelo prefeito Guilherme Menezes, é atuar na elaboração dos projetos e isso não acarretará nenhum custo a

mais para os cofres municipais” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 2011).

2.3.8 Estrutura da SMTC

A secretaria de transparência e controle da prefeitura municipal de Vitória da Conquista está dividida em assessoria de gabinete e dois setores, seguem:

2.3.8.1 Assessoria de Gabinete

Este setor, assessora e auxilia no Gabinete da Secretaria e no andamento das atividades das atribuições pertinentes, bem como acompanha e monitora as respostas às notas técnicas provenientes dos projetos, emendas e contratos de repasses junto aos ministérios e outros entes.

O setor também é responsável por assessorar no monitoramento e na execução dos recursos públicos, definindo mecanismos de controle da gestão dos recursos humanos e financeiros e a avaliação do cumprimento da finalidade social de projetos e programas. Além disso, a Assessoria de Gabinete auxilia o secretário na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência da secretaria. Tem como Assessor de Gabinete: José Raimundo Costa Fernandes.

2.3.8.2 Setor de coordenação de eficiência de programas e projetos

Este setor promove a capacitação e atualização do Núcleo de Elaboração de Projetos e monitora as oportunidades de captação de recursos nos diversos órgãos governamentais, da administração direta e indireta, e das paraestatais. Além disso, sugere e realiza ações de monitoramento da gestão e execução de programas e projetos; avalia o cumprimento da finalidade social de programas e projetos; e elabora materiais destinados à divulgação das informações produzidas pela coordenação, para atender à transparência municipal.

Tem como Coordenadora: Irma Miralayne da Silva Ferraz e como Gerente de Monitoramento da Execução de Programas e Projetos: Cícera Teixeira Costa Lima.

2.3.8.3 Setor de coordenação de controle e auditoria

Este setor supervisiona e atualiza o Sistema de Controle Integrado Municipal, e estabelece, junto ao Núcleo de Auditoria, as rotinas da auditoria de caráter preventivo. A Coordenação também é responsável por sugerir, com a colaboração do Núcleo de Auditoria, do Núcleo de Processamento de Dados e da Gerência de Prestação de Contas, a implantação e a normatização de procedimentos de controle interno e de avaliação de resultados.

O setor promove ainda capacitações para o controle interno, a prestação de contas e a auditoria, e elabora materiais destinados à divulgação das informações produzidas em sede da Coordenação, para atender à transparência municipal. Além disso, corrobora com a fiscalização externa realizada pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

Tem como Coordenador de Controle e Auditoria: Manfredo Peçanha Acioly e como Gerente de Prestação de Contas: Igor Magalhães Souza.

2.3.9 Lei Municipal nº 1623/2009

A Lei nº1623/2009 é uma lei municipal criada em 16 de junho de 2009. Esta lei estabelece a criação da Secretaria de Transparência e Controle do município de Vitória da Conquista e dá outras providências.

No seu Art. 1º ela determina que a Controladoria Geral do Município (CGM) passe a ser denominada Secretaria Municipal da Transparência e do Controle (SMTC).

No seu Art. 9º a Secretaria Municipal da Transparência e do Controle tem por finalidade a promoção do controle interno e da transparência municipal, devendo:

- I. Assistir direta e imediatamente o Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção aos atos de improbidade administrativa e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal.
- II. Dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público, velando por seu integral deslinde.
- III. Promover e monitorar a captação e aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o Programa de Governo, desde a elaboração de projetos técnicos e planos de trabalho até a realização do objeto conveniado ou contratado, estabelecendo procedimentos para avaliar o cumprimento da finalidade social. (LEI 1623/2009, art. 9º)

Este artigo demonstra que a promoção do controle interno é feita através do monitoramento das atividades do Prefeito Municipal e todas as representações que causem dano ao patrimônio público e também da promoção de captação de recursos públicos para o cumprimento do objetivo social.

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica é um conjunto de técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática.

A metodologia que se utilizou nesta pesquisa foi o estudo de caso, pois a pesquisadora desejava compreender e analisar determinado fenômeno dentro do seu contexto real.

A questão problema foi respondida dentro da controladoria da prefeitura municipal de Vitória da Conquista, onde o universo da pesquisa é composto por nove profissionais que nela atuam neste ano de 2013. O método foi o quantitativo, pois foi feita a análise objetiva e a identificação do perfil destes profissionais que atuam na controladoria da prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

A pesquisa foi um estudo de caso, mas inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica.

A técnica que se empregou para coletar dados foi um questionário misto. Esta técnica foi escolhida porque se economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados, também porque atinge maior número de pessoas simultaneamente e obtém respostas mais rápidas e precisas.

4 ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa desenvolveu-se na Secretaria Municipal de Transparência e Controle do Município de Vitória da Conquista (Controladoria da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista), localizada na Praça Joaquim Correia, no centro da cidade.

A Secretaria Municipal da Transparência e do Controle é o órgão do Sistema de Controle Interno do Município de Vitória da Conquista. Antes, o controle interno era efetuado pela Auditoria Geral do Município (Lei Municipal nº 421, de 22 de dezembro de 1993) e, posteriormente, pela Controladoria Geral do Município (Lei Municipal nº 1.270, de dezembro de 2004).

A Secretaria Municipal da Transparência e do Controle foi instituída pela Lei Municipal 1.623, de 16 de junho de 2009, tendo como parâmetro o status de Ministério do Controle e da Transparência que a Controladoria Geral da União recebeu no governo do ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Formada majoritariamente por servidores efetivos, a SMTC apresenta estrutura administrativa ainda única na realidade dos municípios brasileiros, incluindo atividades de planejamento como a elaboração de projetos sociais e planos de trabalho para fins de captação de recursos por meio de convênios ou instrumentos congêneres, o acompanhamento dos gastos e dos resultados sociais de programas de governo e as atividades de fiscalização da execução dos planos de trabalho dos convênios como área de controle interno, juntamente à prestação de contas e às auditorias.

Vitória da Conquista é o único município baiano a possuir uma Secretaria da Transparência e do Controle. Criado em 2009, o órgão tem as seguintes atribuições:

- Elaborar e acompanhar a execução de projetos;
- Manter uma interlocução com conselhos, Poder Legislativo, movimentos sociais e sociedade civil;
- Prestar contas das ações da Prefeitura Municipal de forma permanente;
- Atualizar o Portal da Transparência Municipal;
- Promover a implantação do Sistema de Controle Interno Integrado Municipal.

Inicialmente, questionou-se sobre a quantidade de funcionários que fazem parte do quadro administrativo da controladoria municipal, ao que se constatou que a Controladoria Municipal de Vitória da Conquista, enquanto unidade administrativa possui 14 funcionários e dentre estes apenas 09 se dispuseram a colaborar com a realização desta pesquisa.

Observou-se primeiramente durante a pesquisa aspectos relacionados ao gênero, idade, estado civil e cor dos profissionais que atuam na Controladoria, como é apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 2 – Gênero

Sexo	Número de Funcionários	Percentual
Feminino	05	55,5%
Masculino	04	44,5%
Total	09	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Nota-se que o quadro de pessoal é composto por mais pessoas do sexo feminino do que do sexo masculino, o que pode ser considerado que a Controladoria Pública tem interessado mais as mulheres do que os homens, apesar da diferença ser pequena.

Quadro 3 – Idade

Idade	Número de Funcionários	Percentual
Acima de 32 anos	07	77,8%
Entre 23 e 27 anos	01	11,1%
Entre 28 e 32 anos	01	11,1%
Total	09	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora

Nota-se que a faixa etária dos funcionários da SMTC varia. Porém a predominância é de idade superior a 32 anos, 77,8% dos funcionários.

Quadro 4 – Estado Civil

Estado Civil	Número de Funcionários	Percentual
Casado (a)	06	66,7%
Solteiro (a)	02	22,2%
União Estável	01	11,1%
Total	09	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Foi visto no quadro anterior que os funcionários da SMTC são pessoas amadurecidas, não são mais tão adolescentes, pois todos eles possuem idade superior aos 23 anos. Logo o estado civil que mais predomina nos funcionários da SMTC é o de casado (a).

Quadro 5 – Cor

Cor	Número de Funcionários	Percentual
Parda	05	55,5%
Branca	03	33,3%
Negra/mulata	01	11,2%
Total	09	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

A SMTC possui funcionários que se consideram de cor parda, branca e negra/mulata, sendo a cor parda predominante e a cor amarela inexistente.

Verificaram-se também aspectos relacionados ao grau de escolaridade dos funcionários que atuam nesta área e no que se refere à sua formação acadêmica, como é apresentado nos quadros a seguir:

Quadro 6 – Grau de Escolaridade

Grau de Escolaridade	Número de Funcionários	Percentual
Nível Superior	08	90%
Nível Médio	01	10%
Total	09	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Observa-se que dos 09 funcionários questionados quanto à sua formação acadêmica 08 possuem curso superior e apenas 01 não possui graduação em nível superior, porém desses 08 funcionários 02 deles não possuem o nível superior completo, mas ainda assim a maioria dos funcionários já possui graduação o que os torna mais qualificados.

Quando questionados sobre o curso superior o qual são formados constatou-se o seguinte:

Quadro 7 – Curso Superior

Curso	Número de Funcionários	Percentual
Ciências Contábeis	05	90%
Administração	01	10%
Total	06	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Verifica-se aqui que Ciências Contábeis é o curso que mais predomina no quadro de funcionários da SMTC do município de Vitória da conquista e todos graduados neste curso possuem pós-graduação. Nas áreas de:

- ✓ Gestão Pública,
- ✓ Gestão Pública Municipal,

- ✓ Auditoria das Organizações Públicas,
- ✓ Controladoria,
- ✓ Perícia Contábil e
- ✓ Cálculo Atuarial.

E a pessoa graduada em Administração também possui pós-graduação e a área é em:

- ✓ Administração Pública
- ✓ Orçamento e Gestão Pública e
- ✓ MBA em Administração de Negócios.

Como a maioria dos funcionários possui além da graduação a pós-graduação entende-se que os mesmos têm formação necessária para o desempenho de suas funções.

O questionário aplicado indagou também sobre o tempo de atuação na área pública e o resultado mostrou o seguinte:

Quadro 8 – Tempo de Atuação na Área Pública

Tempo de Atuação	Numero de Funcionários	Percentual
10 anos ou mais	05	55,5%
Até 09 anos	04	44,5%
Total	09	100%

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

De acordo com as respostas do questionário notou-se que os funcionários possuem conhecimentos da área pública adquiridos mesmo antes do ingresso na Secretaria, pois diante do que foi indagado quanto ao tempo de serviço na Controladoria da PMVC nenhum funcionário atua ali há mais de 04 anos. Isso mostra que estes profissionais trazem consigo experiências de atuação em área pública de outros órgãos.

Veja a seguir as funções ou cargos atuais dos funcionários da SMTC e suas atribuições:

Quadro 9 – Função ou Cargo Atual

Função ou Cargo Atual
Contador
Auditor
Gerente de prestação de contas
Administrador do núcleo de prestação de contas
Coordenador de eficiência de programas e projetos
Assessor de gabinete
Secretária

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Assim nota-se que existe segregação de funções na SMTC, as funções exercidas pelos funcionários são diversificadas. E a função de contador é importante porque é ele que auxilia a controladoria na identificação dos pontos necessários para melhor eficiência dos processos internos, que posteriormente auxiliará na tomada de decisão.

Quando questionados há quanto tempo estão na função atual foi constatado o seguinte:

- 03 pessoas há 01 ano;
- 03 pessoas há 02 anos e
- 03 pessoas há 03 anos.

Sobre a atividade atual está de acordo com a função para qual foram designados os funcionários responderam:

- 07 pessoas responderam que SIM e
- 02 pessoas responderam que NÃO.

E sobre o ingresso dos funcionários na SMTC, eles responderam o seguinte:

- 08 pessoas são concursadas e
- 01 pessoa foi efetivada.

Quadro 10 – Atribuições

Atribuições
Assessoria em todas as atividades.
Monitoramento das oportunidades de captação de recurso, da gestão.
Avaliação das finalidades dos programas e cumprimento das ações de transparência.
Elaboração das prestações de contas de convênios e contratos de repasse, bem como o auxílio à coordenação de controle e auditoria.
Implementação e normatização de procedimentos de controle interno e de avaliação de resultados.
Auditoria interna, fiscalização de prestação de contas, análise dos controles internos.
Elaboração de resultados de controle interno.
Atendimento ao público.

Fonte: Questionário aplicado pela autora

No quesito atribuições, observou-se que os funcionários da SMTC estão bastante envolvidos com o controle interno, a auditoria, a prestação de contas, a transparência e a captação de recurso. E todas essas atribuições estão intimamente ligadas à contabilidade de modo geral.

Sobre a capacitação profissional, indagou-se sobre o treinamento oferecido pela prefeitura aos funcionários:

Quadro 11 - Treinamento

Treinamento
Palestras
Cursos
Oficinas
Simpósios
Conferências
Treinamento entre colegas

Fonte: Questionário aplicado pela autora

Apesar de parecer que são muitas as formas de treinamento ao pessoal através da PMVC, os funcionários demonstraram-se insatisfeitos, considerando que apenas este treinamento não é suficiente para qualificá-los.

Eles disseram que realizam outros cursos de capacitação realizados por outros órgãos como o TCU, CGU, CEF quando oferecidos. Inclusive cursos online.

Para constatar se esse treinamento é atual, foi questionado sobre a participação em cursos, palestras e similares nos últimos 02 anos, e a resposta é a que segue:

- 08 pessoas responderam que SIM, que participaram de algum curso referente à função que exerce e;
- 01 não fez nenhum curso ou treinamento referente a sua função na controladoria da PMVC.
- ✓ O treinamento foi cursos de prestação de contas promovidos pela CGU, ENAP, CEF e TCU;
- ✓ Cursos sobre contrato e licitação promovidos pela CGU;
- ✓ Cursos na área de controle interno e auditoria.
- ✓ Período: Entre 2010 a 2013.

A seguir são demonstradas as necessidades de informações sofridas pelos funcionários da SMTC:

Quadro 12 – Necessidades de Informação

Necessidades de Informação
Todas as informações relativas à execução dos convênios e contratos de repasse.
Informações sobre atualização da legislação da Contabilidade Pública.
Informações sobre a Contabilidade Pública de modo geral.
Informações sobre Acórdãos e Jurisprudências aplicadas ao setor público.
Algumas informações da área de Contabilidade de Custos.

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Aqui fica claro a importância da contabilidade para a SMTC e para os seus funcionários.

A contabilidade além de fazer os registros contábeis garante uma gama de informações para todos os setores da SMTC auxiliando-os na tomada de decisões.

Afinal as informações e demonstrações contábeis não se destinam apenas aos gestores das finanças públicas, mas também à outros usuários, especialmente à sociedade e ao cidadão brasileiro, para que possam ser avaliados o desempenho dos governantes na aplicação dos recursos colocados a ao seu dispor através dos tributos arrecadados.

Mas adiante quando questionados sobre a existência de necessidades de mudanças dentro da SMTC os funcionários responderam o seguinte:

- 07 pessoas responderam que SIM e
- 02 pessoas responderam que NÃO.
 - Necessidades encontradas:
 - ✓ Ampliação da estrutura física;
 - ✓ Aumento do quadro de pessoal;
 - ✓ Serviço público deixar de ser algo estático;
 - ✓ Aumento da capacidade de acompanhamento dos outros setores da prefeitura;
 - ✓ Investimento em treinamento de pessoal.

Na questão dezoito do questionário aplicado foi pedido que os respondentes descrevessem sobre a importância da contabilidade para a SMTC e quatro deles responderam o seguinte:

Quadro 13 – Importância da Contabilidade

Funcionário 1	A contabilidade exerce uma grande importância, pois os registros contábeis são uma fonte de informações sobre controle.
Funcionário 2	A maioria das atividades exercidas pelo setor depende de informação contábil.
Funcionário 3	A maioria dos assuntos tratados pela auditoria precisa de conhecimentos contábeis.
Funcionário 4	Além de atender todas as demandas fiscais e legais a contabilidade disponibiliza uma série de informações que auxiliam a controladoria na identificação dos pontos necessários para melhor eficiência dos processos internos, que posteriormente auxiliará na tomada de decisão.

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Aqui os funcionários demonstraram que a contabilidade é um dos instrumentos que a administração pública conta para o exercício da função de controle. Além disso, eles enfatizaram que toda e qualquer atividade exercida dentro do setor precisam do auxílio da informação contábil que subsidiará a tomada de decisões.

Mas adiante perguntou aos funcionários se eles gostavam de trabalhar na SMTC e todos eles disseram que sim. E os motivos são os listados abaixo:

- ✓ Ambiente;
- ✓ Ligação direta com a formação profissional;
- ✓ Permissão para atuar em diversos níveis de controle interno e
- ✓ Aplicação dos conhecimentos adquiridos na graduação.

E todos eles consideram gratificante o trabalho na controladoria da PMVC, segue os motivos:

- ✓ Empatia com as atividades;
- ✓ Conhecimento de quase todos os setores da prefeitura;
- ✓ Auxilia o município através de seu gestor, a tomar as melhores decisões para melhor gestão do município;
- ✓ Reconhecimento.

No que se refere às dificuldades encontradas pelos funcionários no desempenho das atividades exercidas na controladoria, os pesquisados destacaram as mais comuns. Para melhor compreensão, observe o quadro a seguir:

Quadro 14 - Dificuldades encontradas no setor

Falta de um melhor espaço físico.
Falta de materiais de expediente.
Falta de conhecimento de todas as regras.
Não sincronização das informações de todos os setores em torno da controladoria.
Falta de colaboração dos outros setores.
Falha nos recursos humanos.

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Aqui foi possível verificar que eles não estão confortáveis na estrutura física da secretaria, eles acreditam que se fosse maior e melhor o espaço as atividades teriam um desempenho mais proveitoso. E as demais dificuldades encontradas também ocasionam desequilíbrios e falhas no desempenho de todas as atividades desenvolvidas no setor.

Para finalizar o questionário a pesquisadora pediu que os funcionários discorressem, através do conhecimento e da experiência adquiridos na SMTC, sobre o conceito de Controladoria Pública:

Quadro 15 – Conceito de Controladoria Pública

Funcionário 1	Controlar a aplicação dos recursos públicos e tornar a administração transparente.
Funcionário 2	Unidade administrativa formada para auxiliar a administração pública na busca pela eficiente gestão.
Funcionário 3	São as atividades de controle das ações da Administração Pública visando à eficiência, eficácia, economicidade e transparência da gestão pública.
Funcionário 4	A controladoria pública tem a missão de centralizar as informações da gestão pública em seus diversos níveis, para efeito de controle e acompanhamento da gestão, subsidiando a administração pública com informações para uma gestão eficiente em todos os quesitos legais.
Funcionário 5	Organizar, participar e supervisionar os gastos públicos.
Funcionário 6	Espaço físico para acompanhamento dos gastos públicos, com transparência e controle.
Funcionário 7	Controlar a aplicação dos recursos públicos na busca de sua melhor otimização
Funcionário 8	A controladoria pública é um órgão que propicia um melhor desenvolvimento da Entidade que está ligada, uma vez que esta busca tornar a Administração transparente, reduzindo os gastos públicos e promovendo a eficácia e a eficiência de todas as atividades desempenhadas.

Fonte: Questionário aplicado pela autora.

Este quadro demonstra o conhecimento dos funcionários da SMTC em relação à Controladoria Pública e nota-se que apesar de similares os conceitos dados por eles, fica evidente que eles entendem o sentido da controladoria pública e tentam fazer exatamente o que ela requer e traz em seu objetivo.

Através do quadro 16, apresenta-se um resumo das evidências alcançadas na pesquisa:

Quadro 16 – Resumo das evidências alcançadas na pesquisa.

(continua)

PROPOSTO	ALCANÇADO
Questão – Problema:	
Qual o perfil dos profissionais que atuam na controladoria da prefeitura municipal de Vitória da Conquista em 2013?	Verificou-se que os profissionais que atuam na controladoria da PMVC em 2013 são na sua maioria pessoas com graduação escolar superior, nos cursos de Contábeis e Administração, o que os torna profissionais qualificados, aptos a exercer a função para qual foram designados.
Questões Secundárias:	
1. Quais as funções dos controladores da prefeitura municipal de Vitória da Conquista?	Notou-se que há segregação de funções na SMTC, e as funções desenvolvidas pelos funcionários são de contador, auditor, gerente de prestação de contas, administrador do núcleo de prestação de contas, coordenador de eficiência de programas e projetos, assessor de gabinete e secretaria.
2. Qual a base de treinamento que a prefeitura oferece a estes profissionais?	A prefeitura oferece palestras, cursos, oficinas, simpósios, conferências e o treinamento entre os próprios colegas.
3. Qual é a maior necessidade de informação que o setor possui?	Todas as informações relativas a execução dos convênios e contratos de repasse, informações sobre atualização da legislação da contabilidade pública, informações sobre contabilidade pública de modo geral, informações sobre acórdãos e jurisprudências aplicadas ao setor público e algumas informações da área de contabilidade de custos.
4. Quais as possíveis necessidades de mudanças encontradas por estes controladores?	Ampliação da estrutura física; aumento do quadro de pessoal; serviço público deixar de ser algo estático; aumento da capacidade de acompanhamento dos outros setores da prefeitura; investimento em treinamento de pessoal.

(conclusão)

PROPOSTO	ALCANÇADO
Hipótese da Pesquisa:	
Partiu-se da ideia de que 75% dos profissionais atuantes na área de controladoria da prefeitura de Vitória da Conquista são estudantes ou graduados nas áreas de ciências sociais e aplicadas, como Ciências Contábeis, Administração e Economia.	A hipótese dessa pesquisa é parcialmente confirmada, quando verificada que o percentual de profissionais graduados ou estudantes das áreas de ciências sociais aplicadas é maior do que se achava como hipótese. Na verdade 90% destes profissionais são estudantes ou graduados em ciências contábeis e administração.
Objetivo Geral:	
Analisar o perfil dos profissionais que atuam na Controladoria de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista em 2013.	Os profissionais que atuam na controladoria da PMVC são pessoas já amadurecidas, com idade superior aos 23 anos, estudantes ou graduados em ciências contábeis e administração, com pós – graduação na área de gestão pública.
Objetivos Específicos:	
1.Descrever as funções dos controladores da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista;	Os controladores assessoram em todas as atividades do setor, como monitoramento das oportunidades de captação de recurso e da gestão; avaliação das finalidades dos programas e cumprimento das ações de transparência; elaboração das prestações de contas e contratos de repasse, coordenação de controle interno e auditoria.
2.Identificar a base de treinamento que a prefeitura oferece a estes profissionais;	A prefeitura oferece cursos, palestras, simpósios e conferências, o que ainda não é satisfatório para estes profissionais, eles acreditam que este treinamento não é suficiente para qualificá-los.
3.Conhecer a maior necessidade de informação que o setor possui;	Todas as informações relativas à Contabilidade e a Contabilidade Pública.
4.Analisar as possíveis necessidades de mudança encontradas por estes controladores.	Os profissionais querem mudança principalmente na estrutura física da SMTC, acham o espaço pequeno para quantidade de pessoas que lá atuam. Querem poder acompanhar melhor os outros setores da prefeitura e precisam de investimento na capacitação profissional, treinamento.

Fonte: Dados da pesquisa, elaboração própria (2013).

Conforme propósitos apresentados através do quadro 16 verificou-se que foi possível obter respostas para as questões: problemas e secundárias, e ainda, analisados os objetivos: principal e específicos, bem como foi verificada a hipótese dessa pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da pesquisa foi buscar saber qual o perfil dos profissionais que atuam na controladoria municipal de Vitória da conquista, bem como suas funções, atribuições, dificuldades, buscando com isso, aprofundar o tema escolhido através de levantamento bibliográfico, de modo também que favorecesse o entendimento a partir dos dados coletados no estudo de caso.

A revisão bibliográfica abordou conceito de controle Interno na Administração Pública Municipal, funções, objetivos e princípios do controle interno, controle administrativo e legislação aplicada ao setor público. Tudo isso, foi possível através de leituras de livros, artigos e dissertações por meio eletrônico no qual proporcionaram um apanhado muito interessante e elucidativo do assunto abordado.

A pesquisa foi um estudo de caso realizado na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista – BA, junto aos funcionários da secretaria municipal de transparência e controle no ano de 2013, com o intuito alcançar os objetivos propostos dessa pesquisa; as questões: problema e secundárias; bem como testar sua hipótese.

Constatou-se que o perfil dos profissionais que atuam na controladoria da prefeitura municipal de Vitória da Conquista é 90% de pessoas estudantes ou graduados nos cursos de ciências contábeis e administração e eles vêm atuando na área pública mesmo antes de ingressarem na SMTC, o que significa que trazem experiências de outros ofícios.

Notou-se a presença de segregação de funções na SMTC, e as funções/cargos desenvolvidos pelos funcionários são de contador, auditor, gerente de prestação de contas, administrador do núcleo de prestação de contas, coordenador de eficiência de programas e projetos, assessor de gabinete e secretária.

A prefeitura oferece como capacitação profissional, treinamentos através de cursos, palestras, oficinas, simpósios e conferências, bem como também tem parcerias com o tribunal de contas, caixa econômica federal, entre outros, que promovem eventos de capacitação na área de gestão pública.

Verificou-se que os profissionais atuantes da SMTC necessitam de informações relativas à execução dos convênios e contratos de repasse, informações sobre atualização da legislação da contabilidade pública, informações sobre contabilidade de modo geral, informações sobre acórdãos e jurisprudências aplicadas ao setor público e algumas informações da área de contabilidade de custos.

Observou-se também que os funcionários da SMTC necessitam de algumas mudanças no setor, entre elas está a melhoria na estrutura física da secretaria, o aumento no quadro de pessoal, compras de materiais de expediente, aumento da capacidade de acompanhamento dos outros setores da prefeitura e investimento em treinamento de pessoal.

Enfim, este estudo espera ter contribuído para o desenvolvimento de novas pesquisas ligadas ao tema, destacando alguns fatos importantes, porém, não objetiva esgotar o assunto nem novas pesquisas nesta área.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. B.; PARISI, C.; PEREIRA, C. A. **Controladoria: uma abordagem de gestão econômica**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 de abr. 2013.
- BRASIL. Lei nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- BRASIL. Lei nº 1623, de 16 de junho de 2009. Altera a Lei n 1.270/2004 para criar a secretaria municipal da transparência e do controle e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.megsoft.com.br/leis/uvisualiza.php?id=2237>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- CAGGIANO, P. C.; FIGUEIREDO, S. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- CAVALHEIRO, J. B.; FLORES, P. C. **A organização do sistema de controle interno municipal**. Porto Alegre: 2007.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. Resolução nº 1128, de 21 de novembro de 2008: Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, objeto e campo de aplicação – Setor Público. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/normas/index.htm>. Acesso em: 19 Ago. 2012.
- CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2006.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FLORES, P. C. **Controladoria Da Gestão Governamental**. 2006. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio Dos Sinos, São Leopoldo, 2006.
- KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- MACHADO, M. V. V.; PETER, M. G. A. **Manual de Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MACHADO, T. J.; REIS, H. C. **A Lei 4.320 comentada**. 28 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 1997.
- MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.
- MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ORO, I. M. et al. **O Perfil do Profissional de Controladoria Sob A Ótica do Mercado de Trabalho Brasileiro**. São Paulo, 10 fev. 2007.

PEREIRA FILHO, J. R. **O sistema de controle interno como instrumento auxiliar da gestão municipal**. 2007. 40 f. Monografia (Graduação) – UNICEUB, Brasília, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Vitória da Conquista é o primeiro município da Bahia a ter uma secretaria de transparência e controle**. Disponível em: <<http://www.transparenciaconquista.ba.gov.br/news.php?p=-vitoria-conquista-primeiro-municipio-bahia-ter-secretaria-transparencia>>. Acesso em: 9 mai. 2012.

REBIÉN, A. R.; AMORIM, A. V. Estudo de Modelo para Prefeitura de Nova Santa Rita/RS. **Controladoria Na Administração Pública Municipal**, Porto Alegre, p.1-16, 5 set. 2007.

RIBEIRO, V. R. D. et al. **Manual de normalização para Relatórios de Estágio Supervisionado e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) para o curso de Ciências Contábeis**. Vitória da Conquista: [s.n.], 2013.

ROCHA, L. M. **A função controle na administração pública: controle interno e externo**. Belo Horizonte: Fórum Administrativo, 2001.

SILVA, P. G. **Controle Interno na Gestão Pública Municipal**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOLLE, G. Dispositifs de contrôle de gestion et établissements publics d'enseignement: Une vision trop instrumentale. **Revue Électronique de Management Public (RECEMAP)**, 2003. Disponível em: <<http://www.unice.fr/recemap/>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

SOUZA, C. O.; DAMASCENA, L. G. Estudo de caso na Prefeitura de Itaporanga – PB. **O Controle Interno Na Gestão Pública**, João Pessoa, n. , p.2-19, 5 jun. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Apresentação:

Meu nome é Anaceli Paiva Luz do Espírito Santo, sou aluna do X semestre do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e estou realizando uma pesquisa científica na área de Controladoria Pública cujo tema é: O perfil dos profissionais que atuam na Controladoria da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

Solicito-lhe que responda a todas as questões, pois este questionário é o instrumento de coleta de dados para minha pesquisa. **Marque apenas uma alternativa para cada questão.** Este questionário é composto de 22 questões. Servirá apenas como objeto de auxílio na elaboração de minha pesquisa.

Obrigada pela disponibilização de tempo.

Questionário

- 1- Data do preenchimento do questionário: __/__/__
- 2- Sexo:
 - Fem.
 - Masc.
- 3- Idade:
 - Entre 18 e 22 anos
 - Entre 23 e 27 anos
 - Entre 28 e 32 anos
 - Acima de 32 anos
- 4- Estado Civil:
 - Solteiro (a)
 - Casado (a)
 - Divorciado/Separado (a)
 - Viúvo (a)
 - União Estável
- 5- Você se considera:
 - Indígena
 - Pardo (a)

Negro/Mulato (a)

Amarelo (a)

Branco (a)

Outro

6- Grau de escolaridade:

Fundamental:

Completo Incompleto

Médio:

Completo Incompleto

Superior:

Completo Incompleto

Qual curso: _____

Pós-Graduação: Sim Não

Qual? _____

7- Há quanto tempo atua na área pública?

8- Qual o seu tempo de serviço na Controladoria da PMVC?

9- Qual a função ou Cargo Atual que exerce?

10- Quais as atribuições?

11- Quanto tempo você trabalha na sua função atual?

12- Sua atividade atual está de acordo com o cargo/função para o qual você foi designado

(a)?

Sim

Não

13- Você passou num concurso público ou foi contratado?

14- Qual é a base de treinamento que a prefeitura oferece ao setor?

15- Você participou de cursos ou treinamentos nos últimos 2 anos para atividade que exerce?

Sim Não, Se sim, quais? Em que ano?

16- Qual é a maior necessidade de informação que você possui?

17- Você acredita que o setor esteja com necessidades de mudanças?

Sim, quais? _____

Não

18- Qual a importância da Contabilidade neste setor de Controladoria?

19- Você gosta de trabalhar na Controladoria da PMVC?

Sim Não Porque? _____

20- É gratificante?

Sim Não, porque? _____

21- Qual a maior dificuldade encontrada no setor?

22- Através da prática exercida em sua função, me diga, o que é Controladoria Pública?
